

Artigo

FILAS, VAIAS, ASSUADAS E DESACATO: A INDISCIPLINA DISCENTE NO ENSINO SECUNDÁRIO ALAGOANO (1856- 1886)

Ivanildo Gomes dos Santos^{*}

Mauricéia Ananias^{**}

RESUMO

Analisa a indisciplina discente no ensino secundário nas Alagoas no século XIX e as práticas e táticas lidas como disputas travadas no âmbito escolar e para além deste. Consideram-se os rebatimentos provocados pela atuação dos sujeitos, discentes do ensino secundário, enunciados por autoridades ou membros da sociedade que foram divulgados como notícias na imprensa local. Tomando como fontes os periódicos locais como O Lyceista Alagoano, Diário das Alagoas e O Orbe, além de outros documentos acondicionados no Arquivo Público de Alagoas, o texto evidencia tensas relações de poder permeadas por conflitos num ambiente que visava vínculos de dominação, controle e disciplina. O modelo educativo marcou as personalidades dos sujeitos no controle de suas pulsões a partir da incorporação de um padrão de comportamento

^{*} Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió/AL, Brasil.

^{**} Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa/PB, Brasil.

produzido no constante movimento das relações sociais. Conclui-se que os estudantes assumiram posicionamentos críticos, por vezes, subversivos, vistos como indisciplina, sobretudo quando questionavam as autoridades educacionais resultando em tensões e conflitos que se tornaram públicos na Província das Alagoas.

Palavras-chave: indisciplina, ensino secundário, cultura juvenil.

CHULETAS, ABUCHEO, ALGARADA Y DESACATO: DISCENCIA SEDICIOSA EN LA EDUCACIÓN SECUNDARIA EN LA PROVINCIA DE ALAGOAS. (1856- 1886)

RESUMEN

Se analiza la indisciplina de los estudiantes de secundaria en la provincia de Alagoas / Brasil en el siglo XIX y las prácticas y tácticas vistas como conflictos en el entorno escolar y más allá. Las secuelas provocadas por el desempeño de estos sujetos, estudiantes de secundaria, son señaladas por autoridades y miembros de la sociedad como noticia en la prensa local. Se tomaron como fuentes las revistas *O Lyceista Alagoano*, *Diário das Alagoas* e *O Orbe* y más otros documentos empaquetados en el Archivo Público de Alagoas. En este texto mostramos un entorno y tensas relaciones de poder y conflictos, con el objetivo de delimitar los lazos de dominación, control y disciplina. El modelo educativo marcó las personalidades de los sujetos en el control de sus impulsos para la incorporación de un modelo de comportamiento producido en el movimiento observado de reacciones sociales. Se ha concluido que los estudiantes que tomaron posiciones críticas, a veces subversivas, consideradas indisciplinarias especialmente cuando cuestionaron a las autoridades educativas, alimentando tensiones y conflictos, se convirtieron en noticias en la provincia de Alagoas.

Palabras clave: indisciplina, educación secundaria, cultura juvenil.

ROWS, BOOS, RIOTS AND CONTEMPT: THE STUDENT INDISCIPLINE IN ALAGOAN SECONDARY EDUCATION (1856-1886)

ABSTRACT

It analyzes student indiscipline in secondary education in Alagoas in the 19th century and the practices and tactics read as disputes fought at school and beyond. It is considered the repercussions caused by the performance of the subjects, students of secondary education, enunciated by authorities or members of society as news in the local press. Taking as sources the local periodicals like *O Lyceista Alagoano*, *Diário das Alagoas* and *O Orbe*, in addition to other documents stored in the Public Archive of Alagoas, the text shows tense power relations permeated by conflicts in an environment that aimed at the bonds of domination, control and discipline. The educational model marked the subjects' personalities in controlling their drives from the incorporation of a pattern of behavior produced in the constant movement of social relations. It is concluded that students took critical positions, sometimes subversive, seen as

indiscipline, especially when they questioned the educational authorities resulting in tensions and conflicts that became public in the Province of Alagoas.

Keywords: indiscipline, secondary education, youth culture.

TRICHERIE, HUÉES, VACARME ET INJURE: L'INDISCIPLINE ÉTUDIANTE DANS L'ENSEIGNEMENT SECONDAIRE DANS LA PROVINCE D'ALAGOAS. (1856- 1886)

RÉSUMÉ

Analyse-on l'indiscipline des élèves de l'enseignement secondaire dans la province d'Alagoas/Brésil au XIXe siècle et les pratiques et les tactiques lues comme des conflits dans l'environnement scolaire et au-delà. Les retombées causées par la performance de ces sujets, les élèves de l'enseignement secondaire, sont énoncées par les autorités et les membres de la société comme des nouvelles dans la presse locale. Les revues *O Lyceista Alagoano*, *Diário das Alagoas* e *O Orbe* ont été pris comme sources et plus d'autres documents emballés dans les Archives publiques d'Alagoas. Dans ce texte on montre un milieu et des relations tendues de pouvoir et conflits, visant à délimiter des liens de domination, de contrôle et de discipline. Le modèle éducatif a marqué les personnalités des sujets dans le contrôle de leurs pulsions de l'incorporation d'un modèle de comportement produit dans le mouvement constat des relations sociales. Conclut-on que les étudiantes ont pris des positions critiques, parfois subversives, considérées comme indiscipline, surtout lorsqu'ils ont remis en question des autorités éducatives, entraînant des tensions et des conflits qui sont devenus publics dans la province d'Alagoas.

Mots-clés: indiscipline, enseignement secondaire, culture des jeunes.

INTRODUÇÃO

A escola e as práticas escolares não são atemporais, mas produtos da cultura e das relações humanas. A ideia de indisciplina foi constituída no processo de convivência que os homens e mulheres teceram ao longo da história.

[...] chicotes e varas, como entre os egípcios e os hebreus, eram o meio principal da instrução. Pinturas de vasos provam isto: os colegas seguram, pelos braços e pelas pernas, a criança a ser punida, levantada com as costas para cima, enquanto um terceiro, sob as ordens do mestre, a chicoteia (MANACORDA, 1992, p. 59).

Os castigos se davam por erros nas lições, por desrespeitos e xingamentos aos mestres, bem como por violência contra os professores.

Situação semelhante é apontada na Idade Média:

É verdade que, desde o início, o chicote esteve em uso nas pequenas escolas de gramática. O mestre estava sempre representado armado com vergalhos; era a insígnia simbólica de sua função. Somente ele, porém, carregava essa insígnia. Na fachada da Catedral de Chartres, as sete artes liberais são representadas por outras tantas figuras alegóricas: somente a gramática tem vergalhos nas mãos. Ora nas escolas de gramática estavam apenas crianças com menos de doze anos de idade. Uma vez passada essa idade, ao contrário, uma vez iniciado o estudo das artes liberais, uma vez tornados artistas, a disciplina que lhes era aplicada é de uma suavidade extrema, não encontramos até o século XV, mostra de castigos corporais [...]. Somente no século XVI, na própria alvorada da Renascença, é que o chicote entrou na prática regular dos colégios. Era admitido no salão grande, na presença de todos os alunos convocados pelo sino (DURKHEIM, 1995, p. 150-151).

Na Modernidade, Erasmo de Roterdã, Rabelais e Montaigne se opuseram aos castigos para disciplinamento dos alunos. Durkheim (1995) salienta ainda que os três pensadores criticavam e satirizavam o rigor

disciplinar escolástico. Entretanto, apresenta a prática da punição como algo individualizado, posteriormente tornada parte do processo educativo com a criação dos colégios¹.

O colégio foi submetido a uma hierarquia autoritária, tendo em vista que “[...] o estabelecimento definitivo de uma regra de disciplina completou a evolução que conduziu da escola medieval, de simples sala de aula para o colégio moderno, instituição complexa, não apenas de ensino, mas de vigilância e enquadramento da juventude.” (ARIÈS, 1981, p. 169-170). O sentimento de infância intensificou os castigos físicos nas escolas, uma vez que a criança passou a ser cada vez mais vigiada e controlada, porém “[...] essa evolução sem dúvida não foi particular à infância: nos séculos XV-XVI, o castigo corporal se generalizou ao mesmo tempo em que uma concepção autoritária, hierarquizada - em suma, absolutista - da sociedade.” (ARIÈS, 1981, p. 118).

O aluno que vivia no colégio estava sob a cultura de uma intensa e rigorosa disciplina (DURKHEIM, 1995). Assim, estava menos exposto a cometer certas desordens, como perturbar com gritos o sossego da população ou jogar dados nos altares das igrejas. Separados da sociedade pelo internato, os colegiais desde cedo desenvolviam “[...] o costume do comedimento, o gosto pela moderação, a capacidade de conter-se e constranger-se [...]” (DURKHEIM, 1995, p. 112). Nesse sentido, baseado nas regras monacais e em uma organização conventual, disciplinadora, autoritária e hierarquizada, o colégio tornou-se uma instituição essencial para a formação das gerações instruídas do *Ancien Régime* (ARIÈS, 1981).

No século XIX as orientações que se baseavam nas penalidades dos descumprimentos dos códigos de conduta foram revistas. Os castigos físicos escolares foram abolidos oficialmente no Brasil com a primeira Lei Geral do

¹ Segundo Ariès (1981), os colégios no século XIII eram asilos para estudantes pobres. Os seus frequentadores eram bolsistas que viviam em comunidades, de forma colegiada a partir de estatutos inspirados nas regras monásticas e eles não eram um local de ensino ou instrução. No século XV, há uma primeira modificação e as comunidades colegiadas tornaram-se institutos de ensino. Com isso, abriram para atender a população além dos bolsistas.

Ensino Elementar, de 1827, que previa a aplicação das punições morais pelo método lancasteriano (BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827, 1827). No entanto, como demonstram a literatura, a história e a história da educação as punições físicas e morais continuaram no interior das escolas por todo o século XIX e parte do século XX. O espaço escolar, via de regra, sempre foi rigidamente disciplinado, tentando inculcar nos estudantes valores e padrões sociais. A indisciplina significava qualquer atitude no sentido de transgredir ou romper os arquétipos impostos pelo fazer pedagógico e escolar.

A moralização da juventude, uma das grandes preocupações dos dirigentes da educação secundária no oitocentos brasileiro, incidia em controlar comportamentos considerados impróprios e, portanto, passíveis de punição como repreensões dentro ou fora da aula como obrigar vestir a roupa às avessas, privação do recreio, ser mandado para a *cafua*, um lugar de punição escuro, estreito, sujo e até ser expulso do colégio (SILVA, 2009).

No Liceu Alagoano² os castigos físicos eram proibidos, assim, achou-se que a promulgação de uma lei em 1854, pelo presidente da província José Antônio Saraiva, transformando a Instituição em um internato resolveria a rebeldia estudantil, tão reclamada à época. Para os dirigentes da educação pública, o internato possibilitaria maior disciplinamento, pois era considerado um regime mais severo. A lei não se efetivou, e, em 1859, foi abolida. O Liceu, portanto, continuava com o regime de externato, e a indisciplina discente ainda era anunciada como o seu grande problema.

Para este texto, nos apropriamos, sobretudo, de fontes jornalísticas em que atos estudantis considerados inadequados eram noticiados. O *corpus* documental contempla matérias e anúncios que versam sobre a temática nos periódicos *O Lyceista Alagoano*, *o Diário das Alagoas*, *O Orbe*, *o Gutenberg* e a *Gazeta de Notícias* que estão sob a guarda do Arquivo Público de Alagoas (APA) e do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL). Alguns fragmentos noticiados por estes jornais forneceram pistas indispensáveis para a

² O Liceu Alagoano foi fundado em 1849.

compreensão da relação entre os estudantes do ensino secundário alagoano, seus professores e dirigentes.

Por vezes, os textos normativo e administrativo superestimam a escola e desprezam as resistências, as tensões, os embates e conflitos entre os sujeitos. Nesse sentido, a fonte jornalística foi imprescindível para conjecturar sobre as contradições e choques de interesses dos sujeitos da educação secundária em Alagoas.

Destacamos inicialmente *O Lyceista Alagoano*. O jornal que era uma publicação dos estudantes do Liceu Alagoano estampava em seu frontispício “periódico litterário e recreativo” e foi fundado em 05 de março de 1859³. É provável que tenha tido quinze números, dos quais o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas guarda um único exemplar (ainda que incompleto), o de nº 10, de 20 de maio de 1859. Até a edição nº 10 circulava semanalmente, passando depois a ter periodicidade mensal. Tinha o formato *in quarto* com duas colunas distribuídas em quatro páginas. Há dúvidas quanto ao local da sua impressão, se era feita na Tipografia Constitucional, conforme Duarte (1961) e Jesus (2011) afirmaram, ou na Tipografia Progressista de Felix da Costa Moraes, de acordo com Barros (2005).

Duarte (1961) considera que o surgimento do primeiro jornal de circulação diária em Alagoas, o *Diário das Alagoas*, publicado a partir de 1º de março de 1858, estimulou os estudantes do Liceu a publicarem o seu próprio periódico. Este tinha a função de ser a “voz” dos alunos junto aos professores e diretores da instituição. Além disso, seria um meio eficaz de divulgação das ideias dos discentes em meio à sociedade alagoana, bem como um exercício do jornalismo, função que alguns egressos exerceriam no futuro.

Não é possível fazer uma associação direta entre o *Diário das Alagoas* e *O Lyceista Alagoano*. Entretanto, como atesta Duarte (1961), por vezes o

³ Jesus (2011) afirma, com base no catálogo do IHGAL, que *O Lyceista Alagoano* foi fundado em agosto de 1858, porém no artigo “Comunicando”, datado de 07 de março de 1859 e publicado no *Diário das Alagoas* em 09 de março de 1859, J. Fiel assegura que o primeiro número do periódico foi publicado a 05 de março de 1859.

periódico provincial fazia menção ao jornal estudantil, como a que segue:

[...] Tal é o fim a que se dirige o 'LYCEISTA ALAGOANO', periódico redigido pela briosa e inteligente mocidade que frequenta as aulas do Liceu desta Capital, cujo primeiro número teve nascimento em 5 do corrente março [...] (DIÁRIO DAS ALAGOAS, 1859, *Apud* DUARTE, 1961, p. 140)⁴.

O fato de o *Diário das Alagoas* dedicar um artigo ao jornal dos estudantes do Liceu demonstra que os escritos dos mesmos não se restringiam aos muros do estabelecimento. Dessa forma, algumas matérias circulavam por outros espaços da Província a partir do periódico local. Por esse motivo, é possível presumir que *O Lyceista Alagoano* não se tratava de um periódico e/ou atividade sem importância. Não foi possível precisar se o jornal teve vida longa. Entretanto, deve ter tido uma circulação regular. É provável que tenha desaparecido com a extinção do Liceu, em 1861⁵.

O *Diário das Alagoas*, “jornal literário, commercial e noticioso”, circulou entre os idos de 1858 a 1892 e 1907 a 1908, quando reapareceu. Primeiro diário da Província, inicialmente era impresso na Tipografia Comercial, de Moraes & Costa, “[...] estabelecida tão somente para curar dos interesses provinciais alheios à política” (BARROS, 2005, 423). Com a compra, em 1859, o cônego Antônio José da Costa tornou-se proprietário e diretor. A partir de 1871, passou a ser impresso em prelo mecânico. Redigido pelo professor, poeta, jornalista e escritor alagoano Inácio Joaquim Passos Júnior, defendia os interesses do Partido Conservador. Nos períodos de 1859-60, 1868-73 e 1885-89, como órgão oficial, publicou o expediente e atos do governo da Província que passou a “[...] não admitir na folha publicações em termos

⁴ Em virtude de deterioramento, os exemplares do *Diário das Alagoas* do período estão lacrados, tanto no APA, quanto no IHGAL, e, portanto, indisponíveis para consultas. Existe a possibilidade de restauração, porém sem uma data definida. A Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional também não dispõe dos exemplares. Por esses motivos optamos por usar a versão de Duarte (1961).

⁵ O Liceu Provincial foi extinto em 1861 e permaneceu fechado até 1863, quando foi reaberto.

descomedidos contra o governo geral e provincial e mesmo quaisquer escritos virulentos e impróprios de um jornal, em que se imprime o expediente da Província” (GALVÃO; ARAÚJO, 1871, p. 907, apud SANT’ANA, 1987, p. 85-86). Publicou, ainda, regularmente, os debates da Assembleia Provincial.

O Orbe também noticiou atos considerados insubordinados dos estudantes secundaristas. Fundado em 02 de março de 1879, era publicado às quartas, sextas e domingos, e editado por José Leocádio Ferreira Soares, em sua Tipografia Mercantil. Em 1886, passou a sair diariamente. Iniciado sem manifestação partidária, posteriormente torna-se do Partido Conservador, quando então, foi redigido pelo professor, jornalista, advogado, deputado provincial e estadual, Manoel Baltazar Pereira Diegues Júnior. Foi órgão da imprensa oposicionista provincial no Governo Pedro Paulino da Fonseca (1889-1890) (BARROS, 2005).

O Gutenberg, “Órgão da Associação Typographica Alagoana dos Socorros Mútuos”, igualmente noticiou atos considerados de insubmissão dos estudantes secundaristas. Fundado, em 08 de janeiro de 1881, por Antônio Alves, foi durante um período considerado o mais importante jornal político da província. Abolicionista e republicano, foi ainda órgão do Centro Republicano Federal das Alagoas, era dirigido pelo escritor e jornalista Pedro Nolasco Maciel. Inicialmente era semanal, com três colunas e, depois, com cinco colunas a partir de 1886, quando se tornou diário (BARROS, 2005).

Importou-se, nesse primeiro momento da análise, apresentar a materialidade dos periódicos, evidenciar seus suportes e suas composições gráficas, possibilitando o melhor entendimento de suas características e peculiaridades. Conforme Chartier (2002), os textos não estão desvinculados da realidade que os circundam, o suporte é que possibilita a sua inscrição, transmissão e apropriação, pois participam profundamente da construção do seu significado, uma vez que “[...] o ‘mesmo’ texto fixado em letras, não é o ‘mesmo’ caso mudem os dispositivos de sua escrita e de sua comunicação [...]” (Id., p. 62). Para o autor, são as práticas editoriais e literárias que governam

“[...] a relação dos leitores com as obras impressas [...]” (Id., p. 8).

Colocados em tais termos, a partir de notícias publicadas nos jornais, bem como em outros documentos acondicionados no Arquivo Público de Alagoas, analisamos a questão da indisciplina estudantil no ensino secundário. Para além da introdução, o texto foi dividido em três partes. O item dois trata dos atos de rebeldia dos alunos do Liceu Alagoano e das aulas avulsas. Na sequência, das situações de filas e agressões nos exames de preparatórios na Província. Por fim, as considerações finais.

MOTINS, DESOBEDIÊNCIA, IMORALIDADES: A INDISCIPLINA ESTUDANTIL NO LICEU ALAGOANO E NAS AULAS AVULSAS⁶

Desde a sua criação, em 1849, o Liceu Alagoano era visto pelas autoridades locais como um estabelecimento escolar que não contava com uma rigorosa disciplina. Em 1854, o Diretor da Instrução Pública e concomitantemente do Liceu (1853-1860), José Correia da Silva Titara, fez severas críticas ao antigo diretor, José Próspero Jeová da Silva Carotá, afirmando que

a direcção do Lyceo, sendo incumbida a um dos respectivos Professores, que não curou desde o começo em estabelecer essa energia e rigidez indispensaveis em quem dirige um estabelecimento novo, neutralisou os bons effeitos da criação e aniquilou os credits do Lyceo. Sendo a inspecção frouxa e inerte; o desenteresse pelo ensino foi assaltara talvez alguns professores; a frequencia diminuiu, e quiçá desapareceu; foi livre aos Estudantes a prática de todos os excessos que chegarão á desenvoltura; o resultado não podia deixar de ser pessimo. A attribuição de corrigir os Estudantes, que estava amplamente na Lei, foi restringida ao recinto das aulas sómente em o Estatuto do Lyceo, com que para autorisar os disturbios, que minavam

⁶ Modelo caracterizado pela descentralização das cadeiras ou disciplinas escolares, ou seja, pela não existência de um estabelecimento de ensino que abrigasse em um único prédio todas as aulas secundárias. Em alagoas existiu concomitante com o Liceu.

o credito do Estabelecimento. Isto parece incrível, porém é uma verdade (ALAGOAS, Relatório, 1854, p. 8).

Em 1857, Titara solicitou ao Inspetor da Tesouraria Provincial o envio de dois soldados para a “casa do Liceu”⁷ durante o horário das aulas para conter atos de insubordinação. Por meio do Ofício nº 239/1857, de 21 de setembro, relatou o diretor que “[...] o Estudante Prisciliano chegou a ficar com o pescoço ferido da corda com que o querião outros estudantes estrangular [...]”⁸. Aos turbulentos era solicitada a reclusão em qualquer corpo de guarda ou mesmo o recolhimento em uma das salas do prédio da escola.

O motim foi presenciado pelo professor de Latim, Leopoldino Antonio da Fonseca e pelo professor de Francês, Filinto Elysio Costa Cutrim. Fonseca pronunciou-se acerca dos “[...] tumultos e vozerias aos que hontem derão lugar a uma encarniçada luta na porta do Lycêo [...]”⁹; informando que, dentre os tumultuadores, estava o cunhado do professor de Geometria, Dr. José Antonio Bahia da Cunha, que costumava portar-se nas salas do Estabelecimento “[...] com chapéo na cabeça e bengalla em punho na atittude m^{mo} de um moço que não preza, ou não parece aquilatar os principios de uma bôa educação [...]”¹⁰. Cutrim, delatou os estudantes Bento José Lamenha Lins Junior, da aula de Geometria, Alexandre de Macedo Pessoa, da cadeira de Francês, e José Correa de Mello, que tentaram estrangular Prisciliano Antonio de Souza, em 17 de setembro de 1857.

Corria o ano de 1859 quando a indisciplina dos secundaristas ganhou destaque nas páginas dos jornais, sendo divulgada na imprensa local. O motim teve início após o periódico estudantil *O Lyceista Alagoano* ser utilizado para tecer críticas ao Diretor da Instrução Pública e do Liceu, José Corrêa da Silva Titara. Conforme consta no *Diário das Alagoas*, de 24 de agosto de 1859, a

⁷ Como era chamado o prédio que abrigava o Liceu Alagoano à época.

⁸ Arquivo Público de Alagoas. Ofício 239. Cx. 0064.

⁹ Arquivo Público de Alagoas. Documento avulso. Cx. 0064.

¹⁰ Arquivo Público de Alagoas. Documento avulso. Cx. 0064.

edição do *Lyceista*, de 20 de agosto daquele ano, recriminava Titara por manter fechada aos alunos as portas da biblioteca do Gabinete de Leitura¹¹. Tal decisão havia sido tomada após a realização de uma sessão política, no dia 17 de julho, da “Sociedade 7 de Setembro”, pertencente aos estudantes do Liceu, nas dependências do local, sem a devida autorização da direção.

Em protesto pela proibição da entrada no edifício, no dia 10 de agosto, os liceístas ergueram as vidraças do Gabinete e introduziram velas nos batentes. Respondendo à atitude, o diretor utilizou-se do *Diário das Alagoas* para combater as críticas e explicar os motivos da decisão. Para ele, o ambiente era impróprio àquele tipo de reunião e não havia a autorização do Presidente da Província. Ao final do seu texto, Titara faz críticas aos jovens redatores:

[...] Da parte dos lyceistas, como dice esse periódico, nenhum escrúpulo houve em erguer as vidraças da casa e introduzir vellas nos batentes por autoridade própria [...]

O que porem sobretudo há a lamentar é o preconceito debaixo do qual tem sido publicados esses factos que ficão explicados e que não poderão ser examinados nem pela redacção do *Lyceista* composto de estudantes do lyceu nem pelo outro estudante que designadamente assegurou a declaração de estar trancado o Gabinete. Bem se vê como vai caminhando o *Lyceista*, se consederar-se este periódico como órgão do pensamento em que se nutem moços que devem começar sua vida averiguando e esmerilhando a verdade em todas as suas relações, para fazerem uso conveniente e adequado de sua razão (DIÁRIO DAS ALAGOAS, 1859, nº 192, p. 2).

Desses episódios, principalmente o protesto no Gabinete de Leitura, resultou para Duarte (1961) a causa da extinção do Liceu Provincial, em 1861. O autor afirmou que “[...] essa indisciplina seria a ruína do Liceu, nessa fase inaugural [...]” (DUARTE, 1961, p. 33) considerando, igualmente, que a crise financeira alegada pelo Presidente da Província, Dr. João Marcelino de Souza Gonzaga, foi apenas um pretexto ante “[...] a indisciplina reinante, a evasão escolar, o pouco aproveitamento dos alunos. A abertura financeira serviu de

¹¹ Sobre esta Instituição consultar Santos (2012).

testa de ferro [...]” (DUARTE, 1961, p. 144). Após o fechamento, o estabelecimento foi reaberto em 1863.

Recorda o autor que o Liceu era um estabelecimento público e de base liberal e, por isso, não eram permitidos os castigos físicos, notadamente o uso da fêrula (palmatória). Entretanto, em sua visão, os estudantes não souberam aproveitar essas benesses e “[...] desandaram na peraltice, na indisciplina, sem uma reação à altura [...]” (DUARTE, 1961, p. 144), concorrendo para que o governo fechasse a instituição.

Ferronato (2012) aponta para algumas transgressões dos alunos do Lyceu Provincial da Parahyba, seja dentro ou fora das paredes da instituição. Segundo o autor, os estudantes ficavam sentados ou em pé à espera do início das aulas em uma escadaria de uma Igreja. No local, proferiam palavras indecentes contra os transeuntes. Para solucionar tal situação, em 1866, o então Diretor Interino Francisco Frutuoso da Soledade Sigismundo propôs a adoção de castigos físicos, tais como: ficar em pé durante as aulas ou reclusão por horas numa sala separada.

Situação semelhante ocorria no Liceu D. Afonso, no Rio Grande do Sul, pois os alunos reuniam-se às portas do edifício antes da entrada “[...] numa algazarra infernal”. Era juntamente naquele momento que “[...] os gestos, as atitudes, o empurra-empurra, a rasteira, as brigas se fazem mais presente” (ARRIADA, 2006, p. 215). Conforme Arriada (2006), no ano de 1852, por motivo de indisciplina, o Diretor Ciro José Pedrosa expulsou quatro alunos pelo prazo de um ano, e três definitivamente. Ainda assim, os alunos encontravam outras formas de burlar o aparato normativo do Liceu Sul-rio-grandense. Dentre essas formas, destaca o autor:

[...] versos irônicos, empurrões, uso de expressões inadequadas, corpo mole, pinturas nas paredes, uso de apelidos, retoques em imagens, desenhos caricaturais, presumivelmente dos professores, mais raramente dos colegas, muito mais dos primeiros, conforme atestam algumas das caricaturas localizadas em livros didáticos da época. Os

desenhos retratam em geral pessoas com certa idade, facilmente identificável por traços como barba, bigode, tipo de rosto (ARRIADA, 2006, p. 216).

Em sessão da Congregação do Liceu Provincial das Alagoas (1858), o professor de Retórica, Ignacio Joaquim Passos Junior, indicou um *Plano de Disciplina*¹² propondo o fim dos castigos físicos, especialmente da palmatória em todas as aulas da Província. Por meio do Ofício nº 190, de 28 de agosto de 1858, Titara, afirmou que o plano era extenso, erudito e tinha o objetivo

[...] de excitar a emulação dos alumnos despertando nelles os sentimentos de emulação, brio e elevação dos proprios meritos pela consciencia de valor intellectual; todavia vejo ahi alguma couza de exagerado para a pratica, quando se permitem certas demonstrações exteriores que além de incomodar trassem o espetaculo de meninos arregimentados pelas ruas a darem vivas; o que não parece muito próprio da civilisação actual¹³.

A substituição dos castigos físicos por correções morais eram os sinais do avanço do processo civilizador em curso também na sociedade alagoana. A aplicação de novas técnicas disciplinares, tais como o vexame, o elogio público e o desenvolvimento dos sentimentos de vergonha e embaraço, constituíam a regulamentação da postura do aluno, bem como a assimilação das atitudes ditas polidas. Para Elias (1993), os sentimentos de vergonha e embaraço surgem do medo da degradação social ou do gesto de superioridade de outrem, o que indicaria uma situação de inferioridade ou fragilidade. Na relação de interdependência o indivíduo entra em choque com os outros e consigo mesmo, reconhecendo-se rebaixado e:

[...] Teme[endo] perder o amor e respeito dos demais, a quem atribui ou atribuiu valor. A atitude dessas pessoas precipitou nele uma atitude

¹² Não foi possível ter acesso ao plano.

¹³ Arquivo Público de Alagoas. Ofício nº 190/1858. Cx. 0064.

dentro de si que ele automaticamente adota em relação a si mesmo. E é isso o que torna tão impotente diante de gestos de superioridade de outras pessoas que, de alguma maneira, deflagram nele esse automatismo (ELIAS, 1993, p. 242).

Pela dinâmica proposta desenvolve-se uma civilização da conduta em contraposição a diminuição do medo físico. Os sentimentos de vergonha e embaraço são, portanto, a consolidação da economia das pulsões que o indivíduo exerce sobre si mesmo (ELIAS, 1993). Em suma, são expressões do autocontrole. Tal autodomínio era algo requerido dos alunos do Liceu. O controle das pulsões na instituição era estendido de forma racionalizada pelo uso das novas técnicas de disciplinamento, a partir da aplicação dos castigos morais e do aumento das sensações vexatórias.

Ao mesmo tempo em que o ambiente escolar era um espaço disciplinador, de formação moral, apropriação de valores princípios e normas, era também lugar de transgressão, rupturas e indisciplinas, que, em geral, eram concretizadas fora da sala de aula (ARRIADA; NOGUEIRA; VAHL, 2012).

Por vezes, a mocidade liceísta alagoana figurava as matérias de jornais em razão de suas atitudes. Uma nota da *Gazeta de Notícias* de 1882 chamava a atenção da polícia para os abusos praticados pelos alunos na porta da Estação Telegráfica:

Chammamos a attenção da policia por o abuso intoleravel que praticam certos estudantes dos Lycêo desta capital, que reunidos na porta da Estação telegraphica perturbam o serviço d'aquela repartição, dando vaias tremendas nos transeuntes, apedrejando os carteiros, commetendo immoralidades e praticando desatinos que só digno da casa de correccão.

O digno Chefe da Estação Telegraphica, já desesperado de suportar aquella troça de moços desbriados e meninos malcreados, que se accumulam na frente da estação, sem o menor acatamento a ninguem absolutamente, pretende retirar-se com brevidade de tão incommoda vizinhança, alugando uma casa longe do Lycêo.

Que miseria! Já que o pais ou directores de moços tão detestaveis não os cohibem, valha-nos a policia em emergências taes! (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1882, p. 2).

Quanto à questão da *incrível indisciplina*¹⁴, apontada por Duarte (1961), Silva (2009) salienta que na *História do Liceu Alagoano* a mocidade é apresentada como em uma fase de perigo, caracterizada pelo desregramento. Segundo ela, há uma contradição nas falas do autor que elogia, por exemplo, a criação do jornal *O Lyceista Alagoano*, como se fosse a primeira iniciativa verdadeiramente literária do periodismo estudantil da Província e, por outro lado, os responsabiliza por um evento tão marcante na história do ensino secundário: a extinção do Liceu. Por fim, argumenta que a indisciplina não podia ser naturalizada, como se fossem essencialmente indomáveis, pois essa visão seria a-histórica. Nesse sentido,

[...] tanto o poder exercido por quem representa as normas da instituição quanto o exercido por quem as questiona, melhor poderiam ser compreendidos como algo que emerge das relações sociais, de suas configurações históricas, e não como algo naturalizado, estático sempre ali a agir à revelia das consciências humanas e do contexto societário [...] (SILVA, 2009, p. 100).

As situações de insubordinação ocorriam também nas aulas avulsas. No ano de 1856, queixava-se o então Inspetor Paroquial da Cidade das Alagoas, Pe. Cândido José Alves da Silva, de ter sido desacatado após uma visita a aula de Latinidade das Alagoas, onde recebeu “[...] um escrito bastantemente immoral que tendo por seu author um dos alumnos d’aquella aula, e um delles chamado Bernardino de Albuquerque Soutto (ignoro se foi o author) tornando por vangloria generalisar este escrito por todas as aulas desta Cidade [...]”¹⁵. Após resolver a questão, recriminou os alunos e pediu para que o professor da cadeira

¹⁴ A *incrível indisciplina* é a denominação de um dos capítulos da obra *História do Liceu Alagoano* (1961), de Abelardo Duarte.

¹⁵ Arquivo Público de Alagoas. Documento avulso. Cx. 0064.

tomasse outras providências, alegou o Inspetor que foi surpreendido em casa particular com a presença de Soutto, que

[...] grosseiram^{te} me ataca lançando-me epithetos injuriosos sommente filhos da má educação que tem obtido de sua may. Eu conservei-me com toda calma por ser o objeto do ataque nascido das cousas tendentes a moralidade d'aula e só me resta a esperança de ser por V. S^a providenciada, para que não se dê outro igual. Fiz sciente a may do alumno e ella em vêz de repreende-lo, pelo contrario elogiou-o, habilitando-o d'esta maneira a continuar ser o propagador dos ensaios moraes de Fr. Martinho, até constituil-o um réu de policia [...]¹⁶.

Mediante o ocorrido, o diretor da Instrução Pública, Titara, solicitou do Presidente da Província uma providência nos seguintes termos: “[...] servindo de correctivo efficaz a esse alumno audacioso, deixe o exemplo gravado no espirito dos mais; sendo que de outra maneira pior será d’ora em diante a fiscalização das aulas da provincia [...]”¹⁷.

Duarte (1961) salienta que outros casos indisciplinares foram publicados no Boletim Literário e informava que “[...] os rapazes do Liceu se excediam nas suas manifestações, criando incidentes desagradáveis, a qualquer pretexto [...]” (p. 39). O modelo escolar posto visava estabelecer vínculos de vigilância, domínio e disciplina, cujo propósito era marcar as personalidades dos sujeitos no controle de suas pulsões a partir da incorporação de um padrão de comportamento produzido no constante movimento das relações sociais.

¹⁶ Arquivo Público de Alagoas. Documento avulso. Cx. 0064.

¹⁷ Arquivo Público de Alagoas. Ofício n° 197. Cx. 0064.

FILAS¹⁸, VAIAS, ASSUADAS¹⁹: A INDISCIPLINA NOS EXAMES DE PREPARATÓRIOS E NOS COLÉGIOS PARTICULARES

Outras situações de insubordinação foram constatadas nos exames de preparatórios²⁰ ocorridos na Província. No ano de 1882, O jornal *Gazeta de Notícias*, de 1º de julho, fez duras críticas ao pagamento dos exames por parte de um grupo de beneméritos da sociedade alagoana, e não pelo poder público. O jornal partiu da argumentação de que os exames ocorridos no meio do ano foram marcados pela “filança”, considerando a pouca possibilidade do aluno aprender os conteúdos requeridos em apenas quatro meses e do fato dos examinadores receberem algum dinheiro dos examinados ou de alguém por eles, o que prejudicaria a imparcialidade. Salienta o periódico que, na verdade, o “[...] o menino quer adiantar, seja como fôr, e pretende com acquiescencia condemnavel de quem os governa, fazer exame até de sciencia com quatro mezes de estudos [...].” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1882, nº 137, p. 2).

Aos poucos os exames realizados no Liceu Provincial iam ganhando a fama de fáceis. A cada edição o número de inscritos crescia e contava com alunos do Liceu, das aulas avulsas, dos colégios particulares locais e de outras províncias. Não por acaso, o escritor e historiador alagoano Felix Lima Júnior, em 1963 apelidou os exames realizados no Liceu de “exames elétricos” (LIMA JUNIOR, 2001), o que foi corroborado por Craveiro Costa ao nomear a Instituição de “fábrica de exames” (COSTA, 1931).

Uma nota assinada por *O Cruvello agradecido*, no jornal *O Orbe*, de 19 de dezembro de 1884, afirmou que o próprio Delegado responsável aconselhava

¹⁸ Fila deve ser entendido como o ato fraudulento de auxílio em testes ou exames. Trata-se, portanto, de astúcia, esperteza, artimanha para se dar bem e garantir aprovação. Em algumas regiões do país também é conhecida como “cola” ou “pesca”.

¹⁹ Assuadas é sinônimo de vozeria, balbúrdia, algazarra, arruaça.

²⁰ Os Exames Gerais de Preparatórios foram criados em 1851. De validade nacional, inicialmente eram realizados no Colégio de Pedro II, perante a Inspeção de Instrução Primária e Secundária. Estes valiam para todas as faculdades do Império. O Decreto 5.249, de 2 de outubro de 1873, tirou o monopólio dos exames da Capital do Império, criando mesas de exames gerais de preparatórios nas províncias que não tinham faculdades.

ou fazia vistas grossas para determinados candidatos que estivessem “filando”. Assegurava a notícia que, no ano de 1884, o Dr. Mariano, então Delegado dos exames, ao escutar de um aluno que não sabia o ponto de Geometria, sugeriu: “[...] então não sabes o ponto? Porque não filas?! [...]” (O ORBE, 1884, nº 147, p. 3). E ainda, que ao pegar outro examinado “graúdo” copiando o ponto simplesmente pediu que guardasse a cola, não eliminando o candidato. Conforme o jornal, o jovem podia votar e o Delegado tinha esperanças de obter o título de barão, o que justificava o seu abrandamento com a situação.

A respeito das *filas*, o periódico *Gutenberg*, de 6 de novembro de 1887, denunciou o “jubileu escandaloso” no exame de Português, pois “[...] tem sido aprovado estudante que escreve ce e ci com cedilha! Um, tratado de pezames, – remeteu suas *condoleções* ao amigo? E por este pouco avalia-se o mais [...]” (GUTENBERG, 1887, nº 249, p. 1). Temia o periódico que Alagoas ganhasse a mesma fama do Rio Grande do Norte, Província onde os exames eram considerados extremamente fáceis²¹.

Haidar (1972) defende a tese de que os programas dos estabelecimentos secundários nas províncias eram definidos pelos Exames de Preparatórios, antes que pelo Colégio de Pedro II. Ainda segundo a autora, as bancas forneciam um padrão real em contraposição ao modelo ideal do colégio da Corte. Corroborando com a tese clássica, Arriada (2006) afirma que os Exames de Preparatórios definiam, não por lei, mas tacitamente, o currículo e os conhecimentos ensinados nos Liceus, Ateneus e Colégios particulares de educação secundária.

Nesse sentido, os estudantes buscavam uma formação cada vez mais fácil e aligeirada para ingressar nas faculdades. Interessava a alguns grupos o acesso rápido aos cursos superiores. A formação clássico-humanística, de 5 a 6 anos, era considerada demorada. Desta forma, o modelo permitia o crescimento

²¹ Dentre as províncias que tinham seus exames considerados mais fáceis, Haidar (1972) cita a do Espírito Santo que foi denunciada em 1876 por receber os alunos que migravam do Rio de Janeiro, e a do Rio Grande do Norte, acusada pelo diretor da Faculdade de Direito do Recife, em 1885.

dos Colégios particulares que proliferavam na Província e em todo o país ofertando estudos com conclusões de tempo menor que as ofertadas pelos Liceus.

Barros e Carvalho (2017) entendem a relação entre os Exames de Preparatórios ao ingresso nas faculdades de Medicina e Direito como um processo de racionalização, pois garantia a determinado grupo de jovens o acesso a formação bacharelesca e posteriormente aos cargos públicos e/ou profissões liberais. Desta forma, o ensino secundário mantinha um caráter propedêutico.

No ano de 1886, os exames de preparatórios de novembro na Província das Alagoas foram marcados por revolta, violência e agressões por parte dos candidatos aos examinadores. Presidia os trabalhos, como Delegado Especial, o padre Domingos Leopoldino da Costa Espinosa. Segundo a notícia do jornal *O Orbe*, de 19 de novembro de 1886, a prova de Francês do dia 15 de novembro transcorria normalmente até que foram divulgadas as notas. Ao ter conhecimento delas, devido ao grande número de reprovações e exigindo que fossem aprovados, os examinados sucederam vaias, tumultos, *assuadas* e desacato. O estudante de fora da Província, Alfredo Gracia, agrediu e feriu com uma bengala o empregado do Liceu, Herminio Francisco de Barros, no exercício de suas funções, pois acreditava que o denunciaria por haver *filado* a prova. Por esse fato, o Delegado Especial chamou a força policial e expulsou o agressor, o que gerou uma generalizada onda de atritos entre examinados e examinadores. Em razão do ocorrido, Gracia foi suspenso do exame, bem como proibido de apresentar certificados para as faculdades, até ulterior deliberação.

A edição de *O Orbe*, de 24 de novembro de 1886, trouxe a acusação de João Pereira Maia de que o diretor do Colégio Bom Jesus, Francisco Domingues da Silva, teria incitado os alunos a começar as *assuadas* contra o professor e examinador de Francês, Filinto Elysio da Costa Cutrim. Maia afirmou que os senhores capitão Antonio Joaquim Maria Alleluia, Luiz Espinosa e Francisco Aristides Cardoso podiam atestar o fato. Cardoso disse ao jornal que se Alfredo

“[...] a tanto atreveu-se foi devido a conselhos delle director [...].” (O ORBE, 1886, nº 157, p. 2) e Alleluia assim declarou:

[...] Respondo a sua carta, que vi o senhor Francisco Domingues da Silva, no dia 16 do corrente, no lyceu desta cidade conversando com diversos estudantes, e depois apareceu o snr. Alfredo de Farias com quem elle conversou em particular declarou infamias contra o professor Filinto, o que muito aplaudia o snr. Francisco Domingues e insinuando o mesmo snr. Alfredo ir ao exm. snr. dr. chefe de policia [...] (O ORBE, 1886, nº 157, p. 2).

Francisco Domingues da Silva alegava que o professor Filinto Elysio da Costa Cutrim aproveitou a saída dos outros dois examinadores, João Gomes e José Januario, para auxiliar na prova escrita de Francês do aluno José Odon Pereira Maia, filho de João Pereira, autor da acusação contra o Francisco. A denúncia de que teria recebido a cópia das respostas do professor foi rebatida por José Odon, que também solicitou o pronunciamento do Delegado Especial da Instrução Pública, Domingos Leopoldino da Costa Espinosa. Atestou o Delegado que: [...] não vi nem sei que houvesse o snr. professor Filinto Elysio da Costa Cutrim dirigido a prova escripta de qualquer examinado no dia a que se refere o suplicante, sendo certo que não me retirei um só instante do salão, onde funcionam os exames [...].”(O ORBE, 1886, nº 157, p. 3).

As provas daquele ano foram canceladas:

Delegacia Especial de Instrução Pública – Portaria.- O delegado especial de instrução, em vista da assuada praticada ontem no edificio do Liceu, onde funcionam os exames gerais de preparatórios, que por tal motivo foram suspensos por não ser possível a continuação dêles; e chegando a seu conhecimento serem cabecilhas de semelhante tumulto os examinandos – Ascendido Homem de Carvalho, Francisco Leocádio de Araújo, José Hugo Pompílio Passos, Hugo de Souza Moreira Jobim, Pedro Cavalcanti de Albuquerque Pessoa, Antonio Candeira Neto, Augusto Sátiro, José Egídio da Fonseca, Virgilio Antonino de Carvalho, Eusébio de Andrade, Augusto A. de Bittencourt Leite, Helvécio Renato Besoucheth, José Pereira da Costa, Sebastião José de Almeida Lira, e Alfredo de Alcântara Farias, sendo êste ultimo,

pelo motivo de haver desrespeitado o examinador de Francês, prof. Felinto Elísio da Costa Cotrim, na ocasião de entrar no Liceu, ameaçando-o, caso não fôsse aprovado no exame de Francês, - determina ao secretário desta delegacia, que de conformidade com os arts. 30 e 31, do decreto 4.430, de 30 de outubro de 1869, o art. 20 do regimento de 7 de dezembro de 1874, risque da lista de inscrição dos atuais exames os nomes dos referidos examinandos, bem como demore, até ulterior deliberação, a entrega dos certificados de qualquer exame que, porventura, êles tenham feito perante esta delegacia; e caso já se achem de posse de seus certificados, faça as devidas comunicações ao exmo. Sr. inspetor geral e diretores das faculdades do Império. Delegacia especial de inst. Pública, em Maceió, 16 de Novembro de 1886. O delegado especial, vigário DOMINGOS LEOPOLDINO DA COSTA ESPINOSA (O ORBE, 1886, nº 153, p. 1).

Dentre os que causaram o tumulto estavam Augusto Sátiro, Virgílio Antonino Carvalho, Sebastião Lira e Eusébio Andrade, professores do Liceu de Artes e Ofícios, que em seguida foram demitidos da instituição por decisão do presidente da província, José Moreira Alves da Silva, mediante queixa formulada pelo Delegado Especial. Posteriormente, alguns se tornaram professores do Liceu Alagoano, a exemplo do Bel. Virgílio Antonino de Carvalho, que em 1895 assumiu a cadeira de Literatura e do Bel. Eusébio Francisco de Andrade, que assumiu as cadeiras de Português (1893), Moral e Sociologia, Noções de Economia Política, Direito Pátrio (1895) e Lógica (1900).

Para Chervel (1990), os exercícios, bem como os exames finais estão ligados às formas de controle e disciplinamento,

[...] a disciplina escolar é então constituída por uma combinação, em proporções variáveis, conforme o caso, de vários constituintes: um ensino de exposição, os exercícios, as práticas de incitação e de motivação e um aparelho docimológico, os quais, em cada estado da disciplina, funcionam evidentemente em estreita colaboração, do mesmo modo que cada um deles está, à sua maneira, em ligação direta com as finalidades (CHERVEL, 1990, p. 207).

Assim, os exames não se constituíam apenas em uma seleção ou demonstração de saber e conhecimento, mas estavam a serviço da “pedagogia

do exame” arraigada no disciplinamento e no controle do comportamento. O relaxamento na vigilância dos testes, além de ser uma fraude no processo de seleção, significava a quebra do domínio da obediência e da ordem.

O problema da indisciplina tornou-se ainda alvo de disputas entre instituições particulares. No ano de 1884, os colégios Bom Jesus²² e Sete de Setembro²³ acusavam um ao outro de não ter uma disciplina rígida. A contenda entre as duas instituições teve início com o anúncio do Colégio Sete de Setembro, no periódico *Gutenberg*, de 19 de janeiro de 1884. A descrição ressaltava que além de ter boa quantidade de alunos matriculados, bons professores, fardamento e as condições físicas necessárias ao êxito dos alunos nos exames gerais de preparatórios, o estabelecimento nunca fora hotel, nem grêmio de distração e intrigas.

O anúncio irritou os diretores do Colégio Bom Jesus por possuírem um grêmio estudantil. Na edição do mesmo jornal, em 22 de janeiro, Francisco Domingues da Silva e Diegues Junior lançaram uma nota de esclarecimento em defesa entidade criada pela instituição. Salientaram que apenas os alunos aprovados nos exames apareciam na lista divulgada. Além disso, mencionaram que o estabelecimento recebia alunos de outras instituições, referindo-se aos que saíam do Colégio Sete de Setembro. Por fim, declararam que ficava aberto o dia inteiro para visitas e que estavam prontos para defesa de qualquer contestação.

Na publicação nº 5, de o *Gutenberg*, datado de 26 de janeiro de 1884, o diretor do Sete de Setembro, José Estevão de Araujo Silva, em resposta às supostas calúnias ditas sobre a instituição sobretudo, em razão da dispensa de alunos, afirmou que a decisão estava relacionada à indisciplina ou a tentativa de “[...] corromperem a ordem da casa e viciar outros alunos [...].” (GUTENBERG, 1884, p. 3).

²² Criado em 1872, por Francisco Domingues da Silva (1847-1918), para instrução secundária masculina.

²³ Fundado em 1880, por José Estevão de Araujo Silva. Localizado na rua Macena, nº 51 e 57, oferecia educação primária e secundária para meninos e meninas.

Francisco Domingues da Silva, juntamente com a *Sociedade Libertadora Alagoana* (1881), abolicionista e republicana, criou a Escola Central, anexa ao Colégio Bom Jesus, em 1887, destinada a atender “[...] crianças negras, livres, beneficiadas pela Lei do Ventre Livre de 28 de setembro de 1871, e previa a educação dos “ingênuos” libertos do cativeiro [...]” (JESUS, 2011, p. 23, aspas no original). Silva também incentivava os alunos do Bom Jesus para que organizassem grêmios e publicassem periódicos.

Os grêmios ou associações estudantis eram espaços coletivos de discussão discentes. Incentivados pelos fundadores da instituição, os alunos do Bom Jesus fundaram dois periódicos *A Escola* (1882), e *O Dever* (1887) (JESUS, 2011). Tais publicações dentro das escolas eram artefatos culturais que possibilitaram a identificação dos estudantes, suas formas de linguagem, expressão e difusão de ideias oferecendo várias possibilidades de leituras das culturas produzidas, pois além de ser um meio eficaz de divulgação das opiniões, constituiu-se em um lugar de formação, reflexão e autonomia.

Em uma sociedade hierarquizada, autoritária e disciplinadora, que exercia uma constante vigilância sobre o indivíduo, instituições como grêmios estudantis ou periódicos discentes poderiam significar um relaxamento do controle sobre as condutas, tendo em vista as dificuldades de uma inspeção mais efetiva sobre os alunos naqueles espaços. Nesse sentido, os dirigentes do Colégio Sete de Setembro vangloriavam-se de não possuir tais ambientes, portanto, seria uma instituição com maior disciplina.

CONCLUSÃO

Analisou-se a indisciplina discente no ensino secundário alagoano no século XIX, evidenciando posicionamentos que deram a ver a cultura escolar e juvenil combatidas pelas autoridades educacionais, num ambiente tensionado pela preocupação com a insubordinação. Por vezes, as situações extrapolavam a

sala de aula, expandindo-se para além da escola, envolvendo a sociedade e a imprensa periódica sendo considerada como motivo para fechamento do Liceu em vista dos rumores das desobediências dos seus alunos publicadas nos jornais da Província.

A interface entre escolarização e costumes possibilitou captar pistas de uma determinada cultura produzida pelos estudantes secundaristas alagoanos. O desvelamento das práticas da mocidade aponta para possíveis modos de ser jovem em uma sociedade escravocrata e excludente que autorizava a frequência de uma parte dos jovens ao ensino secundário oitocentista. Evidenciaram-se denúncias, expectativas e idealizações referentes ao cotidiano escolar.

Salientou-se que a organização de grêmios, bem como a produção de periódicos estudantis, como *O Lyceista Alagoano*, *A Escola* e *O Dever* revelaram uma determinada cultura discente, própria da idade e dos interesses de parte dos estudantes da época. A escrita e a produção dos jornais foram entendidas como atividades para além das salas de aulas, mas não dissociadas delas e fomentaram um lastro de conhecimentos necessários para que pudessem galgar o caminho da intelectualidade culminando no ingresso do jornalismo, da política e da literatura, após a conclusão dos estudos superiores, como demonstram a literatura da história da educação sobre egressos da educação secundária.

Por fim, conclui-se que os estudantes assumiram posicionamentos críticos, por vezes, subversivos, vistos como indisciplina, sobretudo quando questionavam as autoridades educacionais resultando em tensões e conflitos que se tornaram públicos na Província das Alagoas.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Relatório à cerca da Instrução Geral da Provincia das Alagoas, 1854. APA. Cx. 5182.

ARIÈS, Philippe. **História Social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC- Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1981.

Arquivo Público de Alagoas. Ofício 239. Cx. 0064.

Arquivo Público de Alagoas. Documento avulso. Cx. 0064.

Arquivo Público de Alagoas. Documento avulso. Cx. 0064.

Arquivo Público de Alagoas. Ofício nº 197. Cx. 0064.

Arquivo Público de Alagoas. Ofício nº 190/1858. Cx. 0064.

ARRIADA, Eduardo. **A educação secundária na província de São Pedro do Rio Grande do Sul**: a desoficialização do ensino público. PUCRS: Porto Alegre, 2007. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

ARRIADA, Eduardo; NOGUEIRA, Gabriela Medeiros; VAHL, Mônica Maciel. A sala de aula no século XIX: disciplina, controle, organização. **Conjectura**, v. 17, n. 2, p. 37-54, maio/ago. 2012.

BARROS, Fernanda; CARVALHO, Carlos Henrique de. Os Exames de Preparatórios e a racionalização do Ensino Secundário de 1854 a 1910. **Imagens da Educação**, v. 7, n. 3, p. 99-111, 2017.

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. **ABC das Alagoas**: dicionário bibliográfico, histórico e geográfico de Alagoas. Vol. 62B. Brasília: Senado Federal, 2005.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio. **Lex**: Coleção de Leis do Império do Brasil - 1827, Página 71 Vol. 1 pt. I.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Unesp, 2002.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria e Educação**, n. 2, 1990, p. 177-229.

COSTA, Craveiro. **Instrução Pública e instituições culturais de Alagoas**. Monografia Escrita por Solicitação do Ministério da Educação e Saúde Publica. Imprensa Oficial: Maceió, 1931.

DIÁRIO DAS ALAGOAS, Maceió, 24 de agosto de 1859, ano II, nº 192.

DUARTE, Abelardo. **História do Liceu Alagoano**. Maceió: Departamento Estadual de Cultura, 1961.

DURKHEIM, Emile. **A evolução pedagógica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, v.02.

FERRONATO, Cristiano de Jesus. **Das aulas avulsas ao Lyceu Provincial**: as primeiras configurações da instrução secundária na Província da Parahyba do Norte (1836-1884). UFPB: João Pessoa, 2012. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, 2012.

GAZETA DE NOTÍCIAS, Maceió, 1º de julho de 1882, ano IV, nº 137.

GUTENBERG, Maceió, 19 de janeiro de 1884, ano III, nº 2.

GUTENBERG, Maceió, 26 de janeiro de 1884, ano III, nº 5.

GUTENBERG, Maceió, 6 de novembro de 1887, ano VI, nº 249.

Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. **O ensino secundário no Império brasileiro**. São Paulo: EDUSP, 1972.

JESUS, Simoneide Correia Araujo de. **A produção de impressos estudantis de Maceió** (1858/1943). UFAL: Maceió, 2011. TCC (Curso de Pedagogia) – Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, 2011.

LIMA JÚNIOR, Felix. **Maceió de outrora**. Maceió: EDUFAL, 2001.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação**: da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez, 1992.

O LYCEISTA ALAGOANO, Maceió, 20 de maio de 1859, nº 10.

O ORBE, Maceió, 19 de dezembro de 1884, ano VI, nº 147.

O ORBE, Maceió, 14 de novembro de 1886, ano VIII, nº 153.

O ORBE, Maceió, de 19 de novembro de 1886, ano VIII, nº 155.

O ORBE, Maceió, 24 de novembro de 1886, ano VIII, nº 157.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **História da Imprensa em Alagoas** (1831-1981). Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1987.

SANTOS, Roselito de Oliveira. **O livro e o processo civilizatório em Alagoas**: do Gabinete de Leitura à Biblioteca Pública. UFAL: Maceió, 2012.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, 2012.

SILVA, Janaila dos Santos. **A concepção de mocidade no ensino secundário alagoano do século XIX: reflexões entre o conhecimento psicológico e a educação.** UFAL: Maceió, 2009. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, 2009.

IVAINILDO GOMES DOS SANTOS é Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (2018). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Alagoas (2012). Especialista em Administração de Arquivos e Documentação pela Universidade Federal de Alagoas (2009). Graduado em História pela Universidade Federal de Alagoas (2005). Atualmente é professor na Universidade Federal de Alagoas. Tem interesse por estudos na área do Ensino de História e da História da Educação, com ênfase nas culturas escolares, sujeitos e história institucional.

E-mail: ivanildoeduc@hotmail.com

 <http://orcid.org/0000-0002-8667-1854>

MAURICÉIA ANANIAS é Doutora em História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP. Atualmente é professora da Universidade Federal da Paraíba- UFPB.

E-mail: mauriceia.ananias@gmail.com

 <http://orcid.org/0000-0002-8594-8436>

Recebido em: 25 de novembro de 2020

Aprovado em: 27 de fevereiro de 2022

Editora responsável: Terciane Luchese



Revista História da Educação - RHE
Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação - Asphe
Artigo de acesso aberto distribuído nos termos de licença Creative Commons.